



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURÃO

EDITAL N.º 9/2005

PROJECTOS DE REGULAMENTOS MUNICIPAIS

APRECIÇÃO PÚBLICA

JOSÉ MANUEL SANTINHA LOPES, Presidente da Câmara Municipal de Mourão:

FAZ SABER que esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 7 de Março de 2005, deliberou submeter à apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, os seguintes projectos de regulamentos municipais:

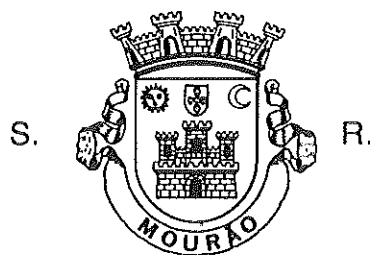
1. REGULAMENTO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARROS MUNICIPAIS
2. REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE MOURÃO
3. REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OUTRAS UTILIZAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO
4. REGULAMENTO DO COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS
5. REGULAMENTO MUNICIPAL DE VENDA AMBULANTE
6. REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E HIGIENE PÚBLICA
7. REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL
8. REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA
9. REGULAMENTO MUNICIPAL DA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
10. REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
11. REGULAMENTO MUNICIPAL DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

Nestes termos, durante o período de 30 dias úteis contados desta data, poderão todos os interessados consultar os projectos acima mencionados, nas horas normais de expediente, que se encontram expostos na Secção de Expediente Geral, Taxas e Licenças, no Edifício dos Paços do Município, na Praça da República, n.º 20, em Mourão, e apresentar reclamações, observações ou sugestões por escrito, através de carta dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Mourão, donde conste o nome, endereço, número e data do bilhete de identidade.

Para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos deste município e publicado nos jornais "O Mouranense" e "Diário do Sul".

Paços do Município de Mourão, 08 de Março de 2005.

O Presidente da Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE MOURÃO

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E HIGIENE PÚBLICA

2005



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

PREÂMBULO

O Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, estabeleceu as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos, nomeadamente a sua recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação, por forma a não constituir perigo ou causar prejuízo para a saúde humana ou para o ambiente.

Atendendo à necessidade constante de desenvolver sistemas de gestão de resíduos que incentivem a menor produção e o desenvolvimento de processos tecnológicos que permitam a sua reciclagem, considera-se indispensável proceder à regulamentação municipal de resíduos sólidos urbanos e higiene pública.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, em conjugação com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é aprovado o seguinte regulamento.



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

(Âmbito)

O presente Regulamento define o sistema municipal para a gestão de resíduos sólidos urbanos e equiparados produzidos na área do Município da Mourão.

Artigo 2.º

(Competência)

1 - Compete à Câmara Municipal da Mourão definir o sistema municipal que assegure a gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos na área da sua jurisdição.

2 - Sempre que circunstâncias e condições específicas o aconselhem, poderá a Câmara Municipal autorizar que outras entidades desenvolvam algumas actividades nesta área, nos termos do presente Regulamento.

CAPÍTULO II TIPOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Artigo 3.º (Definição)

Para efeitos do presente Regulamento entende-se por resíduos sólidos quaisquer substâncias ou objectos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer, nomeadamente os previstos em portaria, em conformidade com o Catálogo Europeu de Resíduos, aprovado por decisão da Comissão Europeia.

Artigo 4.º

(Resíduos sólidos urbanos – R.S.U.)

1 - Consideram-se Resíduos Sólidos Urbanos (doravante designados por R.S.U.) os resíduos domésticos ou outros resíduos semelhantes em razão da sua natureza ou composição, nomeadamente os provenientes do sector de serviços ou de



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'Hps', 'Zar', and others.

estabelecimentos comerciais ou industriais e de unidades prestadoras de cuidados de saúde, desde que, em qualquer dos casos, a produção diária não exceda 1 100 litros por produtor.

2 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se os seguintes tipos de R.S.U.:

- a) **Resíduos sólidos domésticos** – os que são produzidos nos locais destinados a habitação, ou que, embora produzidos em locais não destinados a tal fim, tenham características similares;
- b) **Monstros e Monos** – objectos volumosos fora de uso, entendendo-se como tal os objectos provenientes das habitações que, pelo seu volume, forma ou dimensão não possam ser recolhidos pelos meios normais de remoção;
- c) **Resíduos verdes urbanos** – os resíduos resultantes directamente da limpeza e manutenção de jardins e hortas de habitações, cuja produção diária por produtor não exceda os 1100 litros e provenientes de espaços verdes públicos, sendo constituídos por aparas, ramos, troncos, folhas, plantas, cortes de relva e ervas;
- d) **Resíduos sólidos de limpeza pública** – os provenientes da limpeza pública, entendendo-se esta como o conjunto de actividades que se destina a recolher os resíduos sólidos existentes nas vias e outros espaços públicos;
- e) **Dejectos de animais** – excrementos provenientes da defecção de animais na via pública;
- f) **Resíduos sólidos comerciais equiparados a R.S.U.** – os produzidos em estabelecimentos comerciais ou de serviços, cuja produção diária por produtor não exceda os 1100 litros;
- g) **Resíduos sólidos industriais equiparados a R.S.U.** – os provenientes das unidades industriais em resultado de actividades acessórias e que possuam uma natureza ou composição semelhantes aos resíduos sólidos domésticos, nomeadamente os provenientes de refeitórios e escritórios, cuja produção diária por produtor não exceda os 1100 litros;
- h) **Resíduos sólidos hospitalares não contaminados equiparados a R.S.U.** – os resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de



saúde, incluindo as actividades médicas de diagnóstico, prevenção e tratamento da doença, que não estejam contaminados, nos termos da legislação em vigor, que pela sua natureza sejam semelhantes aos resíduos sólidos domésticos e cuja produção diária por produtor não exceda os 1100 litros;

- i) **Resíduos de embalagem** – qualquer embalagem ou material de embalagem abrangido pela definição de resíduos, adoptada na legislação em vigor aplicável nesta matéria, excluindo os resíduos de produção.

Artigo 5.º

(Resíduos sólidos especiais)

Para efeitos do presente Regulamento, consideram-se resíduos sólidos especiais os não classificados como resíduos sólidos urbanos, designadamente:

- a) **Resíduos sólidos comerciais equiparados a R.S.U.** – os resíduos sólidos com características idênticas aos referidos na alínea f) do artigo anterior, cuja produção diária por estabelecimento seja superior a 1100 litros;
- b) **Resíduos sólidos industriais** – os resíduos sólidos gerados em actividades ou processos industriais, bem como os que resultam das actividades de produção e distribuição de electricidade, gás e águas;
- c) **Resíduos sólidos industriais equiparados a R.S.U.** – os resíduos sólidos com características idênticas aos referidos na alínea g) do artigo anterior, cuja produção diária por produtor exceda os 1100 litros;
- d) **Resíduos sólidos hospitalares contaminados** – os resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde, incluindo as actividades médicas de diagnóstico, prevenção e tratamento de doença em seres humanos ou animais e ainda as actividades de investigação relacionadas, que apresentam ou são susceptíveis de apresentar alguma perigosidade de contaminação, constituindo risco para a saúde pública ou para o ambiente, nos termos da legislação em vigor;
- e) **Resíduos sólidos hospitalares não contaminados equiparados a R.S.U.** – os resíduos com características semelhantes aos referidos na alínea



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

- h) do artigo anterior, cuja produção diária por produtor seja superior a 1100 litros;
- f) **Resíduos de centros de reprodução e abate de animais** – os resíduos provenientes de estabelecimentos com características industriais onde se processe a criação intensiva de animais ou o seu abate e/ou transformação;
- g) **Resíduos sólidos perigosos** – os resíduos que apresentem características de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os definidos por portaria, em conformidade com a lista de Resíduos Perigosos, aprovada por decisão do Conselho da União Europeia;
- h) **Resíduos de Construção e Demolição (Entulhos)** – os resíduos provenientes de construções, constituídos por calças, pedras, escombros, terras ou outros produtos similares, resultantes de obras públicas ou particulares;
- i) **Monstros e Monos** – os objectos volumosos não domésticos, ou seja, não provenientes das habitações, que pelo seu volume, forma ou dimensões não possam ser recolhidos pelos meios normais de remoção;
- j) **Resíduos verdes especiais** – os resíduos provenientes directamente da limpeza e manutenção de jardins ou hortas de habitações cuja produção diária por produtor seja superior a 1100 litros e os resultantes de actividades comerciais de manutenção e conservação de espaços verdes, sendo constituídos por aparas, ramos, troncos, folhas, plantas, cortes de relva e ervas;
- k) **Resíduos sólidos de esplanadas e de outras áreas ocupadas no domínio público** – os resíduos que, apesar de terem características idênticas aos referidos na alínea d) do artigo anterior, são produzidos nas áreas ocupadas por esplanadas e outras actividades comerciais similares;
- l) **Outros resíduos** – aqueles para os quais exista legislação especial e que por isso estejam expressamente excluídos da categoria de resíduos sólidos urbanos ou que não se incluam em nenhuma das alíneas anteriores do presente artigo, nomeadamente terras provenientes da limpeza de terrenos expectantes.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

CAPÍTULO III

SISTEMA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Artigo 6.º

(Definição)

Entende-se por sistema municipal de resíduos sólidos urbanos o conjunto de obras de construção civil, equipamentos mecânicos e electromecânicos, viaturas, recipientes e acessórios, de recursos humanos, institucionais e financeiros e de estruturas de gestão destinados a assegurar, em condições de eficiência, conforto, segurança, inocuidade e economia, a deposição, recolha e transporte dos resíduos, por forma a não constituir perigo ou causar prejuízo para a saúde humana ou para o ambiente.

Artigo 7.º

(Gestão do sistema municipal)

Entende-se por gestão municipal de resíduos sólidos urbanos o conjunto de actividades de carácter técnico, administrativo e financeiro necessárias para assegurar a deposição, recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos, incluindo a fiscalização dessas operações, por forma a não constituir perigo ou causar prejuízo para a saúde humana ou para o ambiente.

Artigo 8.º

(Componentes do sistema de Resíduos Sólidos Urbanos)

O sistema municipal de resíduos sólidos urbanos gerido pela Câmara Municipal da Mourão é constituído, no todo ou em parte, pelas seguintes componentes:

- a) Produção;
- b) Remoção;
- c) Deposição;
- d) Recolha;
- e) Transporte;
- f) Limpeza Pública.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

SECÇÃO I

PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Artigo 9.º

(Definição)

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) Produção – a geração de resíduos sólidos urbanos;
- b) Produtor – o responsável pela geração de resíduos sólidos urbanos;
- c) Local de produção – o local onde se geram os resíduos sólidos urbanos;
- d) Detentor – a pessoa singular ou colectiva que tem os resíduos sólidos urbanos na sua posse.

SECÇÃO II

REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Artigo 10.º

(Definições)

1 - Entende-se por remoção o afastamento dos R.S.U. dos locais de produção e seu encaminhamento para o local de tratamento, valorização ou eliminação, através das operações de deposição, recolha e transporte, com ou sem transferência, em que:

- a) Deposição – consiste no acondicionamento dos R.S.U. em recipientes apropriados, com vista a prepará-los para a recolha;
- b) Recolha – consiste na passagem dos R.S.U. dos recipientes de deposição, com ou sem inclusão destes, para as viaturas de transporte;
- c) Transporte – operação de transferir os R.S.U. de um local para outro.

2 - A limpeza pública está englobada na componente remoção e corresponde ao conjunto de actividades que se destinam a remover os resíduos sólidos existentes nas vias e outros espaços públicos, nomeadamente:

- a) Limpeza dos passeios e arruamentos, incluindo a varredura e lavagem dos pavimentos, limpeza de sarjetas e sumidouros, corte de ervas e morda química;



- b) Recolha dos resíduos contidos em papeleiras e outros recipientes com idêntica finalidade, colocados em espaços públicos;
- c) Lavagem e conservação de papeleiras e outros recipientes com idêntica finalidade;
- d) Remoção de *grafitti*, cartazes e outra publicidade indevidamente colocada ou mantida em edifícios municipais e mobiliário urbano.

SECÇÃO III

DEPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Artigo 11.º

(Responsabilidade pela deposição)

1 - Os produtores dos resíduos são responsáveis pelo bom acondicionamento dos mesmos, devendo colocar os resíduos nos recipientes existentes na via pública de forma a que o despejo daqueles seja efectuado com garantias de higiene e estanquicidade, impedindo o espalhamento ou derrame no interior do recipiente ou na via pública.

2 - A retirada dos contentores e papeleiras da via pública, bem como a limpeza, conservação e manutenção dos recipientes de deposição é da responsabilidade da Câmara Municipal da Mourão.

Artigo 12.º

(Recipientes adoptados)

1 - Para efeitos de deposição dos R.S.U. serão utilizados os seguintes recipientes, propriedade do Município da Mourão:

- a) Contentores normalizados dos modelos autorizados pela Câmara Municipal da Mourão;
- b) Contentores semi-enterrados na via pública;
- c) Papeleiras;
- d) Recipientes para deposição de entulhos, designadamente:
 - i) Sacos com 1 metro cúbico de capacidade;



ii) Contentores trapezoidais de 5 metros cúbicos de capacidade.

2 - A Câmara Municipal pode vir a adoptar recipientes de tipo diverso, caso a evolução dos R.S.U. ou dos meios da sua remoção o aconselhe.

Artigo 13.º

(Restrições à utilização dos recipientes de deposição)

1 - Não é permitido lançar nos recipientes destinados à deposição de R.S.U.:

- a) Animais mortos;
- b) Pedras, terras ou entulhos;
- c) Árvores ou troncos e arbustos;
- d) Resíduos perigosos;
- e) Líquidos de qualquer natureza;
- f) Resíduos fecais, quando não sejam devidamente acondicionados;
- g) Caixotes de madeira, ferro-velho, sucata e, em geral, todos os objectos que pelas suas dimensões e características sejam susceptíveis de danificar os recipientes e o equipamento de recolha;
- h) Resíduos valorizáveis;
- i) Restos de carne ou peixe crus que não estejam devidamente acondicionados por forma a evitar o seu derrame, em particular os provenientes de talhos, salsicharias e peixarias;
- j) Restos de alimentos que não estejam devidamente acondicionados por forma a evitar o seu derrame, em particular os provenientes de estabelecimentos de restauração e bebidas ou de refeitórios.

2 - Os munícipes que tiverem animais mortos devem contactar os serviços da Câmara Municipal para proceder à respectiva recolha.

3 - Os utilizadores dos recipientes têm o dever de fechar as tampas dos mesmos após o depósito dos R.S.U..

4 - É vedada a utilização de recipientes quando o volume de R.S.U. neles acumulados impeça o fecho completo das tampas. Neste caso, deverão os munícipes depositar os R.S.U. no contentor mais próximo que albergue os mesmos ou, se tal não for possível, deverão acondicionar devidamente os R.S.U. nos locais de produção.



5 - Não é permitido a pessoas ou entidades estranhas aos serviços da Câmara Municipal da Mourão remexer ou remover R.S.U. contidos nos recipientes ou colocados junto destes.

6 - É proibida a deslocação dos recipientes dos locais em que tenham sido colocados pela Câmara Municipal da Mourão.

7 - Não é permitido executar pinturas, escrever, riscar ou colar cartazes nos recipientes, nos seus suportes ou em qualquer equipamento da propriedade do Município da Mourão.

8 - É proibida a prática de quaisquer actos susceptíveis de deteriorar ou destruir contentores, papelerias ou os recipientes para deposição de entulhos.

Artigo 14.º

(Horário de deposição)

1 - Salvo deliberação da Câmara Municipal que fixe horário diverso, e sem prejuízo do disposto no Capítulo IV, a deposição dos R.S.U. deverá efectuar-se entre as 19 e as 23 horas.

2 - Não é permitido vazar os R.S.U. imediatamente após a passagem do veículo de recolha, de modo a possibilitar a lavagem dos recipientes de deposição.

3 - Excepcionalmente, a Câmara Municipal da Mourão, através do serviço competente, poderá vir a autorizar a deposição de R.S.U. fora do presente horário, quando seja atendível o interesse a salvaguardar.

Artigo 15.º

(Deposição de R.S.U. em loteamentos novos)

Todos os projectos de loteamento devem prever a colocação de equipamento de deposição de R.S.U., incluindo os dispositivos de fixação e resguardos dos contentores de superfície, calculado por forma a satisfazer as necessidades que a operação urbanística gerar e em quantidade e tipologia sujeitos à aprovação da Câmara Municipal da Mourão, de acordo com as normas técnicas que fixar.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

SECÇÃO IV

RECOLHA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Artigo 16.º

(Recolha de monstros e monos)

- 1 - Os serviços municipais procedem à recolha dos monstros e monos em dias fixados pela Câmara Municipal, a publicitar através de edital.
- 2 - Os objectos referidos no número anterior deverão ser colocados junto aos contentores, depois das 19 horas e até às 24 horas do dia anterior à recolha, de forma a não interferir com o trânsito de veículos e peões.
- 3 - Os munícipes interessados em depositar os monstros e monos na via pública devem, antes da colocação referida no número anterior, contactar os serviços municipais competentes, indicando as características dos objectos e o local onde os mesmos serão depositados.

Artigo 17.º

(Resíduos verdes urbanos)

- 1 - Os serviços municipais procedem à recolha dos resíduos verdes urbanos em dias a determinar pela Câmara Municipal, publicitados através de edital.
- 2 - À recolha deste tipo de resíduos é aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior.

CAPÍTULO IV

HIGIENE PÚBLICA

Artigo 18.º

(Deveres gerais)

Constitui dever de todos os cidadãos concorrer para a preservação do ambiente e para a higiene, limpeza e salubridade dos lugares públicos e privados.



Artigo 19.º

(Deveres especiais)

1 - Os proprietários, usufrutuários, arrendatários ou os titulares de outros direitos sobre os locais abaixo mencionados e áreas a eles afectos devem promover a sua limpeza e higiene:

- a) Estabelecimentos comerciais e industriais em que se prepare, confeccione, manipule ou venda produtos alimentares;
- b) Esplanadas e outra ocupação de via pública afectas aos estabelecimentos referidos na alínea anterior;
- c) Quiosques e equipamentos similares e áreas a eles afectas;
- d) Logradouros, pátios e saguões;
- e) Cobertura dos edifícios;
- f) Terrenos situados dentro e fora dos aglomerados urbanos;
- g) Estaleiros e zonas limítrofes, quando a instalação dos mesmos tenha sido autorizada.

2 - As esplanadas e outra ocupação de via pública afectas aos estabelecimentos referidos na alínea a) do número anterior devem ser limpas na área usada, acrescida de 1 metro em redor de todo o seu perímetro.

Artigo 20.º

(Proibições quanto a lugares públicos)

É proibida a prática de quaisquer actos e as omissões que prejudiquem a higiene e limpeza dos lugares públicos e dos terrenos do domínio privado municipal, tais como:

- a) Lançar para a via pública os resíduos resultantes da limpeza de edifícios ou fracções;
- b) Lançar papéis, restos de comida, estrumes, latas, garrafas e outras embalagens e, em geral, quaisquer resíduos;
- c) Lançar ou abandonar objectos cortantes ou contundentes;
- d) Deixar de fazer a limpeza dos resíduos provenientes de cargas ou descargas de veículos na via pública;



- e) Lançar ou deixar escorrer para os mesmos lugares águas servidas, especialmente quando tal possa causar lameiro ou estagnação;
- f) Lançar nas sarjetas ou sumidouros quaisquer objectos, águas servidas, lubrificantes ou resíduos;
- g) Limpar, lavar barris ou quaisquer vasilhas e depositá-las na via pública;
- h) Preparar peles ou sebos de animais;
- i) Efectuar despejos ou deixar escorrer excrementos de animais para espaços públicos ou para os colectores de águas pluviais;
- j) Ferrar, limpar, sangrar animais ou fazer-lhes curativos que não apresentem carácter de urgência;
- k) Matar, depenar, pelar ou chauscar animais;
- l) Defecar, urinar, cuspir ou, de qualquer modo, conspurcar a via pública;
- m) Depositar e partir lenha ou pedra, ressalvados os casos autorizados por motivo de obras;
- n) Acender fogueiras, salvo nas situações devidamente autorizadas e desde que se protejam devidamente os pavimentos, não se podendo, contudo, fazê-lo sobre pavimentos asfaltados, próximo de árvores ou de outros bens que o fogo ou o fumo possam prejudicar;
- o) Transportar peixe, carne, sal, palha, pedras, tijolos, lamas e areia, sem que estejam devidamente tapados e acondicionados, por forma a não sujarem a via pública;
- p) Abandonar ou lançar na via ou noutros lugares públicos qualquer tipo de suportes publicitários;
- q) Colocar estendais por forma a causar incómodos para o trânsito de pessoas e bens ou a provocar escorrências para a via pública.

Artigo 21.º

(Proibição quanto a zonas ribeirinhas)

Nas praias e outras zonas ribeirinhas do Município, não é permitido praticar quaisquer actos ou omissões que prejudiquem o ambiente e a higiene pública, tais como:



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'H. S. S. S.', 'M.', '20/11/15', and 'A.D.'.

- a) Depositar terras, entulhos ou qualquer outro tipo de resíduos, sem autorização prévia das entidades competentes;
- b) Deitar para o chão qualquer tipo de resíduos.

Artigo 22.º

(Proibição quanto a lugares privados)

1 - São proibidos os actos e omissões que prejudiquem a higiene e limpeza dos lugares privados, nomeadamente:

- a) Criar estrumeiras que exalem maus cheiros e prejudiquem a higiene e limpeza dos locais;
 - b) Manter fossas a céu aberto, bem como colocar tubagem que permita o escoamento dos materiais retidos nas mesmas;
 - c) Criar ou manter vazadouros;
 - d) Criar ou abrigar animais em condições que prejudiquem a salubridade do local e das zonas envolventes;
 - e) Efectuar despejos de excrementos de animais em espaços privados, bem como permitir a escorrência dos mesmos para terrenos contíguos;
 - f) Manter nos terrenos ou logradouros dos prédios árvores, arbustos, silvados, sebes ou resíduos de qualquer espécie, que possam constituir perigo de incêndio e para a saúde pública;
 - g) Manter árvores, arbustos, silvados, sebes pendentes sobre a via pública, que estorvem a livre e cómoda passagem e impeçam a limpeza urbana;
 - h) Regar plantas ou lavar pátios, varandas, coberturas, terraços, estores, janelas ou sacadas, de forma a que escorram sobre a via pública as águas sobrantes;
 - i) Enxugar roupa, panos, tapetes ou quaisquer objectos em estendal de forma a que escorram sobre a via pública as águas sobrantes.
2. Não é permitido, entre as 7 e as 22 horas, sacudir para a via pública tapetes, roupas, toalhas, carpetes, passadeiras ou quaisquer utensílios.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'HCSA', 'Mr', 'Zeleh', and 'AD'.

Artigo 23.º

(Proibições especiais quanto a lugares privados)

1 - Os proprietários de prédios urbanos ou outros terrenos onde se venha a detectar a existência e possibilidade de propagação de roedores e/ou insectos são obrigados a proceder ao seu extermínio, podendo a Câmara Municipal, após notificação, substituir-se aos proprietários na execução de desinfestações necessárias à expulsão dos mesmos, a expensas daqueles.

2 - A Câmara Municipal poderá impor a vedação, em prazo certo, de parcelas de terreno em áreas urbanas ou urbanizáveis com os materiais e características que tiver por adequadas aos locais em que os mesmos se situam, por forma a evitar a sua devassa e a prevenir a sua limpeza.

3 - Se, após a notificação e decorrido o prazo fixado nos termos do número anterior a vedação não for efectuada, poderá a Câmara Municipal substituir-se ao proprietário e efectuar a vedação a expensas deste.

4 - Os titulares de direitos sobre edifícios têm o dever de manter em bom estado de conservação os canteiros, floreiras e outros espaços congéneres.

Artigo 24.º

(Disposições especiais relativas a cães e a outros animais)

1 - É proibida a presença de cães e outros animais nos mercados e outros locais de comercialização de produtos alimentares, salvo se forem objecto de comercialização nos termos legais.

2 - É interdita a presença de cães e outros animais em parques infantis, jardins e demais zonas verdes.

3 - É proibida a permanência de cães ou outros animais em locais que venham a prejudicar terceiros.

4 - É interdito lançar, depositar ou fornecer qualquer tipo de alimento nas vias e noutros espaços públicos, susceptível de atrair animais errantes, selvagens ou que vivam em estado semidoméstico no meio urbano.

5 - Os proprietários ou acompanhantes de animais devem proceder à limpeza e remoção imediata dos dejectos destes animais na via ou outros espaços públicos.



6 - Na limpeza e remoção dos dejectos de animais devem os mesmos ser devidamente acondicionados, de forma hermética, para evitar qualquer insalubridade.

7 - A deposição dos dejectos de animais acondicionados nos termos do número anterior deve ser efectuada nos recipientes de deposição existentes na via pública, nomeadamente contentores, exceptuando os recipientes para deposição selectiva.

8 - Exceptua-se do disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo, os cães que sirvam de guia a cegos, devendo estes ser conduzidos por trela e devidamente açaimados, em conformidade com o disposto na legislação aplicável.

9 - É proibido deixar vadiar e abandonar cães ou outros animais de que sejam proprietários, nas ruas e demais espaços públicos.

Artigo 25.º

(Disposições especiais relativas a veículos automóveis)

1 - Os proprietários de veículos automóveis devem desimpedir a via pública para eventuais acções de limpeza, asfaltamento ou podas de árvores e arbustos, a executar pela Câmara Municipal, que informará antecipadamente das datas previstas para o efeito.

2 - Nas ruas, praças, estradas e caminhos municipais e demais lugares públicos, é proibido abandonar veículos automóveis em estado de degradação ou impossibilitados de circular pelos próprios meios.

3 - É proibido pintar, lubrificar, reparar chaparia ou mecânica dos veículos nas vias públicas, bem como em lugares privados, quando daí advenham prejuízos ambientais.

4 - É proibido limpar e lavar veículos em locais públicos ou privados, quando daí advenham prejuízos para os munícipes e para as vias públicas.

CAPÍTULO V

REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS ESPECIAIS

SECÇÃO I

RESÍDUOS SÓLIDOS ESPECIAIS EQUIPARÁVEIS A R.S.U.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Artigo 26.º **(Responsabilidade)**

1 - A deposição, recolha, transporte, armazenagem, triagem, valorização ou recuperação, tratamento ou confinamento dos Resíduos Sólidos Especiais equiparáveis a R.S.U., definidos nas alíneas a), c) e e) do artigo 5.º, são da responsabilidade dos seus produtores.

2 - Os produtores definidos no número anterior poderão acordar a realização de algumas dessas actividades com a Câmara Municipal da Mourão ou com empresas credenciadas para o efeito.

Artigo 27.º **(Da instrução do pedido)**

O pedido de deposição, recolha e transporte de resíduos sólidos, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo anterior, é dirigido à Câmara Municipal e deve conter os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente (nome ou denominação social);
- b) Número de identificação fiscal ou número de identificação de pessoa colectiva;
- c) Residência ou sede social;
- d) Local de produção dos resíduos;
- e) Caracterização dos resíduos a remover;
- f) Quantidade diária estimada de resíduos produzidos;
- g) Descrição do equipamento de deposição.

Artigo 28.º **(Tarifas)**

As entidades comerciais e industriais geradoras de resíduos equiparados a R.S.U., quando produzam diariamente mais de 1100 litros, são obrigadas ao pagamento de uma tarifa, a fixar pela Câmara Municipal, caso a deposição, recolha e transporte sejam efectuados pelos serviços municipais.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like 'H. S. F. 2020', 'Zach', and others.

Artigo 29.º

(Prestação de serviços pela Câmara Municipal)

1 - Em caso de acordo com a Câmara Municipal da Mourão para a deposição, recolha e transporte, constitui obrigação dos produtores dos resíduos:

- a) Entregar à Câmara Municipal a totalidade dos resíduos produzidos;
- b) Fornecer todas as informações exigidas pela Câmara Municipal relativas à natureza, tipo e características dos resíduos produzidos;
- c) Adquirir contentores ou outros equipamentos adequados, de modelos autorizados pela Câmara Municipal.

Artigo 30.º

(Deposição de Resíduos Sólidos Comerciais e Industriais Equiparados a R.S.U.)

1 - Caso as entidades comerciais e industriais geradoras de resíduos equiparados a R.S.U., cuja produção diária seja superior a 1 100 litros, acordem com a Câmara Municipal da Mourão a recolha dos resíduos produzidos, deverão adquirir contentores do modelo utilizado pela Câmara Municipal, sempre que esta o exija, e no número por esta indicado, os quais se transferirão para a propriedade do Município e serão entregues nos serviços competentes, que providenciarão a sua colocação nos locais mais convenientes.

Artigo 31.º

(Remoção de Resíduos Sólidos Especiais Equiparados a R.S.U. por entidades privadas)

1 - As entidades interessadas no exercício da actividade de remoção de resíduos sólidos especiais equiparados a R.S.U. no Município da Mourão deverão requerer a respectiva autorização aos serviços desta Câmara Municipal, através de requerimento onde conste:

- a) Identificação do requerente (nome ou denominação social);
- b) Número de bilhete de identidade;
- c) Número de identificação fiscal ou número de identificação de pessoa



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "hps", "Zach", and "ADA"]

colectiva;

d) Residência ou sede social;

e) Número e tipo de contentores e viaturas destinadas ao exercício da actividade;

f) Área total destinada ao estacionamento dos contentores e viaturas;

g) Local de destino final a dar aos resíduos.

2 - O requerimento deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da propriedade, arrendamento ou outro título pelo qual o requerente comprove que possui as instalações para o estacionamento dos contentores e das viaturas e, bem ainda, da aceitação dos mesmos no local de destino final.

3 - Deverá ainda juntar-se licença emitida pela Câmara Municipal, ou entidade gestora da área onde se situa o local do destino final dos resíduos, autorizando a sua localização e com menção do prazo pelo qual a autorização é concedida.

4 - No caso dos entulhos, se o local do destino final dos mesmos for propriedade de outra entidade, deverá apresentar-se documento comprovativo da autorização da deposição dos resíduos e do disposto nos n.ºs 2 e 3 anteriores.

SECÇÃO II

ENTULHOS

Artigo 32.º

(Deposição de entulhos)

1 - É proibido o despejo de entulhos em qualquer área do domínio privado e público municipal, bem como o seu depósito em terreno privado sem prévio licenciamento municipal.

2 - Os promotores de obras ou trabalhos que produzam entulhos são responsáveis pela sua remoção e destino final.

3 - Os entulhos devem ser depositados em aterro sanitário ou em espaços a definir pela Câmara Municipal.

4 - Os promotores das obras de pequena dimensão poderão, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, acordar com a Câmara



Municipal o meio de deposição e recolha nos termos do artigo seguinte.

Artigo 33.º
(Recolha de entulhos)

1 - Para os efeitos do n.º 4 do artigo anterior, a recolha de entulhos efectuada pela Câmara Municipal fica sujeita ao disposto nas alíneas seguintes:

- a) Os interessados deverão solicitar nos serviços competentes os recipientes apropriados, previstos no artigo 13.º, apresentando o alvará de licença ou autorização de construção ou prova da comunicação prévia a que alude o artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro;
- b) Os recipientes, com volume de 1 metro cúbico e 5 metros cúbicos, serão cedidos mediante a exibição da autorização dos serviços competentes e da guia correspondente ao pagamento da tarifa de recolha, fixada pela Câmara Municipal;
- c) Os recipientes não poderão permanecer na via pública por um período superior a 8 dias;
- d) Os interessados deverão acordar com os serviços a data e hora de recolha, logo que os recipientes se encontrem preenchidos, ainda que não tenha decorrido o prazo da alínea anterior, ou solicitar a sua prorrogação por motivos justificáveis;
- e) Os recipientes só poderão ser colocados na via pública em local onde seja possível o acesso ao veículo de recolha;
- f) A entrega dos recipientes pelos serviços municipais, com capacidade de 1 metro cúbico, deverá ser efectuada de segunda a sexta-feira, das 9.30 às 12 horas e das 14.30 às 16 horas;
- g) Os recipientes com capacidade de 5 metros cúbicos serão colocados no local adequado, atendendo à localização da obra e aos condicionalismos de trânsito.

2 - É proibida a colocação nos recipientes de 1 metro cúbico outro material que não entulho, como vidros, ferros, madeira, tubagens provenientes da própria obra, devendo estas matérias ser acondicionados e colocados junto dos recipientes, por



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like José, Zorah, and others.

forma a não destruir o recipiente de deposição.

3 - Ocorrendo a danificação do recipiente, o interessado deverá solicitar aos serviços competentes a sua substituição, mediante o pagamento do preço de custo, se for irrecuperável, ou da sua reparação.

4 - Se os serviços de recolha detectarem a danificação do recipiente, por motivo imputável ao interessado, será a este debitado o valor do preço de custo do mesmo.

5 - A Câmara Municipal poderá, mediante deliberação, alterar o horário a que se refere a alínea f) do n.º 1 e, bem ainda, a cubicagem dos recipientes.

Artigo 34.º

(Exercício da actividade de remoção de entulhos por entidades particulares)

1 - As entidades interessadas no exercício da actividade de remoção de entulhos no Município da Mourão deverão requerer a respectiva autorização aos serviços competentes desta Câmara Municipal, através de requerimento onde conste:

- a) Identificação do requerente (nome ou denominação social);
- b) Número de bilhete de identidade;
- c) Número de identificação fiscal ou número de identificação de pessoa colectiva;
- d) Residência ou sede social;
- e) Número e tipo de contentores e viaturas destinadas ao exercício da actividade;
- f) Área total destinada ao estacionamento dos contentores e viaturas;
- g) Local de destino final a dar aos resíduos.

2 - O requerimento deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da propriedade, arrendamento ou outro título pelo qual o requerente possui as instalações para o estacionamento dos contentores e das viaturas e, bem ainda, da aceitação dos mesmos no local de destino final.

3 - Deverá ainda juntar-se licença emitida pela Câmara Municipal da área onde se situa o local do destino final dos entulhos, autorizando a sua localização e com menção do prazo pelo qual a autorização é concedida.



4 - Se o local do destino final dos entulhos for propriedade de outra entidade, a licença a que alude o número anterior é substituída por documento comprovativo da autorização da deposição dos entulhos.

Artigo 35.º

(Autorização de depósitos de contentores)

1 - A autorização, pela Câmara Municipal, do depósito de contentores na via pública depende de requerimento do interessado.

2 - Os contentores a utilizar, bem como as viaturas porta contentores, deverão ter a inscrição visível do nome ou firma e número de telefone do proprietário e ainda o número de ordem de contentor.

Artigo 36.º

(Aluguer de contentores)

No caso de não haver equipamento de deposição ou de este não ser compatível com os modelos utilizados pelos serviços municipais, pode ser solicitado o seu aluguer à Câmara Municipal, mediante o pagamento de preço fixado por esta.

CAPÍTULO VI

FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

Artigo 37.º (Fiscalização)

A fiscalização das disposições constantes do presente Regulamento compete às autoridades policiais e à fiscalização municipal.

Artigo 38.º

(Natureza)

A violação das disposições do presente Regulamento constitui contra-ordenação, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.



[Handwritten signature]

[Handwritten notes and signatures]

Artigo 39.º

(Infracções ao disposto no artigo 11.º)

A violação dos deveres constantes do n.º 1 do artigo 11.º é punível com coima de 50 Euros a 100 Euros.

Artigo 40.º

(Infracções ao disposto no artigo 13.º)

1 - A violação das proibições constantes nas alíneas b), c), f) e g) do n.º 1 do artigo 13.º é punível com coima de 50 Euros a 310 Euros.

2 - A violação das proibições constantes nas alíneas a), e), h), i) e j) do n.º 1 do artigo 13.º é punível com coima de 75 Euros a 310 Euros.

3 - A violação da proibição constante na alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º é punível com coima de 150 Euros a 3566 Euros.

4 - A violação do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 13.º é punível com coima de 15 Euros a 55 Euros.

5 - A violação do disposto no n.º 5 do artigo 13.º é punível com coima de 25 Euros a 100 Euros.

6 - A violação do disposto no n.º 6 do artigo 13.º é punível com coima de 50 Euros a 150 Euros.

7 - A violação do disposto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 13.º é punível com coima de 150 Euros a 2600 Euros.

Artigo 41.º

(Infracções ao disposto no artigo 14.º)

A violação do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 14.º é punível com coima de 12 Euros a 80 Euros.

Artigo 42.º

(Infracções ao disposto nos artigos 16.º e 17.º)

A violação do disposto no n.º 3 do artigo 16.º e no n.º 2 do artigo 17.º é



[Handwritten signatures and initials]

punível com coima de 35 Euros a 360 Euros.

Artigo 43.º

(Infracções ao disposto nos artigos 18.º e 19.º)

As violações do disposto nos artigos 18.º e 19.º são puníveis com coima de 75 Euros a 650 Euros.

Artigo 44.º

(Infracções ao disposto no artigo 20.º)

1 - A infracção ao disposto nas alíneas a), b), g), h), m), q) do n.º 1 do artigo 20.º é punível com coima de 60 Euros a 520 Euros.

2 - A infracção ao disposto nas alíneas c), d), e), f), i), j), k), l), n), o) e p) do n.º 1 do artigo 20.º é punível com coima de 300 Euros a 2550 Euros.

Artigo 45.º

(Infracções ao disposto no artigo 21.º)

1 - A violação do disposto na alínea a) do artigo 21.º é punível com coima de 750 Euros a 3566 Euros.

2 - A violação do disposto na alínea b) do artigo 21.º é punível com coima de 50 Euros a 550 Euros.

Artigo 46.º

(Infracções ao disposto no artigo 22.º)

1 - A violação do disposto nas alíneas a), b), c), d), e), f) e g) do n.º 1 do artigo 22.º é punível com coima de 400 Euros a 2550 Euros.

2 - A infracção ao disposto nas alíneas h) e i) do n.º 1 do artigo 22.º é punível com coima de 100 Euros a 450 Euros.

Artigo 47.º

(Infracções ao disposto no artigo 23.º)

1 - A infracção ao disposto no n.º 1 do artigo 23.º é punível com coima de 400



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Euros a 2550 Euros.

2 - A infracção ao disposto no n.º 3 do artigo 23.º é punível com coima de 100 Euros a 450 Euros.

Artigo 48.º

(Infracções do disposto no artigo 25.º)

1 - A violação do disposto no n.º 1 do artigo 25.º é punível com coima de 25 Euros a 125 Euros.

2 - A violação do disposto no n.º 2 do artigo 25.º é punível com coima de 100 Euros a 750 Euros.

3 - A violação do disposto no n.º 3 do artigo 25.º é punível com coima de 350 Euros a 2550 Euros.

4 - A violação do disposto no n.º 4 do artigo 25.º é punível com coima de 50 Euros a 500 Euros.

Artigo 49.º

(Infracções ao disposto no artigo 26.º)

A violação do disposto no n.º 1 do artigo 26.º é punível com coima de 500 Euros a 3500 Euros.

Artigo 50.º

(Infracções ao disposto no artigo 32.º)

A violação do disposto no n.º 1 do artigo 32.º é punível com coima de 500 Euros a 3566 Euros.

Artigo 51.º

(Infracções ao disposto no artigo 33.º)

1 - A violação do disposto nas alíneas c) e e) do n.º 1 do artigo 33.º é punível com coima de 20 Euros a 250 Euros.

2 - A violação do disposto nas restantes alíneas do n.º 2 do artigo 33.º é punível com coima de 30 Euros a 300 Euros.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'A. S. L. A. C. P.' and 'F. A. S. A.'.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 52.º

(Disposição revogatória)

São revogadas todas as disposições regulamentares contrárias ao estabelecido no presente regulamento, designadamente as previstas no Código de Posturas Municipais, aprovado pela Assembleia Municipal em 28 de Fevereiro de 1989.

Artigo 53.º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor quinze dias após a afixação, nos lugares públicos do costume, dos editais que publicitem a sua aprovação.